

A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNIFAMETRO NA PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Lucas Renan dos Santos Pedrosa

Discente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

lucas.pedrosa@unifametro.edu.br

Nicolas Machado de Souza

Discente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

nicolas.souza@unifametro.edu.br

Rayssa Mosanio Duarte Pereira

Docente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

rayssa.duarte@professor.unifametro.edu.br

Flavia Carvalho Mendes Saraiva

Docente - Centro Universitário Fametro – Unifametro

flavia.saraiva@professor.unifametro.edu.br

Área Temática: Direito processual, jurisdição e acesso à justiça

Área de Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Encontro Científico: XIII Encontro de Iniciação à Pesquisa

RESUMO

Introdução: O acesso à justiça é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura a análise imparcial de casos em diversas esferas jurídicas, alinhado à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Os Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) surgem como espaços que integram ensino, pesquisa e extensão, promovendo atendimento gratuito à comunidade vulnerável, desde assistência jurídica, até mecanismos coletivos e alternativos de resolução de conflitos. **Objetivo:** Analisar a atuação do NPJ da Unifametro no atendimento jurídico à comunidade, por meio do levantamento estatístico dos semestres 2024.2 e 2025.1, identificando o perfil dos atendimentos e seu reflexo na realidade social para promover o acesso à justiça de grupos vulneráveis. **Metodologia:** Adotou-se abordagem quantitativa com base em relatórios internos do NPJ, organizando dados em três indicadores principais: número total de atendimentos, perfil de gênero dos assistidos e distribuição das demandas jurídicas, com comparação entre os períodos e uso de tabela e gráficos. **Resultados:** As demandas de atendimento no NPJ concentram-se no direito de família, com ações de divórcio, de alimentos, de guarda e de curatela, além de orientações jurídicas, demandas consumeristas e cíveis. O estudo também destacou a inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Pré-Processual (CEJUSC) no NPJ no início de 2025. **Considerações finais:** O NPJ da Unifametro reforça o acesso à justiça, especialmente para mulheres em vulnerabilidade, atuando como porta de entrada para soluções consensuais e fortalecendo a cidadania por meio da extensão universitária democrática e emancipatória.

Palavras-chave: Núcleo de Prática Jurídica; Acesso à Justiça; Ensino Jurídico; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é um direito fundamental e uma garantia para a efetivação de outros direitos nos termos do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988. Sendo que, em caso de acusação de um delito, ou para determinar seus direitos e obrigações a pessoa terá a oportunidade de ser ouvida e de ter seu caso analisado de forma imparcial pelo Judiciário, independentemente da esfera, conforme estabelece o Artigo 8º, 1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica.

Conforme destacam Cappelletti e Garth (1988), a concretização do direito ao acesso à justiça passou por diferentes ondas de evolução, que vão da assistência judiciária à promoção de mecanismos coletivos e formas alternativas de resolução de conflitos.

Com o impacto do momento pós-terceira onda ao acesso à justiça no Brasil, a adoção de métodos heterocompositivos para a solução de conflitos ampliou e democratizou a prestação jurisdicional, consolidando a ideia de Justiça Multiportas¹, que visa harmonizar os diferentes meios de resolução de conflitos com a natureza dos litígios a serem solucionados (Soares; Marques, 2021).

Conforme o artigo 3º do Código de Processo Civil brasileiro (CPC, 2015), a ampliação dos métodos de solução de conflitos possibilitou a consolidação do modelo conhecido como Tribunal Multiportas. Esse sistema visa adequar as formas de resolução de conflito às particularidades de cada litígio.

Nesse contexto, os Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) exercem função relevante ao possibilitar, simultaneamente, a formação prática dos estudantes de direito e o atendimento jurídico gratuito à comunidade. Trata-se de espaço em que se articula ensino, pesquisa e extensão, reforçando o compromisso social da universidade (Santos, 2005).

Dentre os atendimentos jurídicos realizados nos Núcleos de Prática Jurídica representam diversas formas de acesso à justiça para pessoas economicamente vulneráveis, incluindo orientações, tentativas e efetivação de conciliações e de mediações, acordos extrajudiciais e elaboração de peças processuais e contratos. De modo que, os NPJ são fundamentais para

¹O conceito de Justiça Multiportas, criado por Frank Sander, professor na Harvard Law School, foi apresentado na Pound Conference em 1976, e propõe que um mesmo centro de justiça ofereça diferentes mecanismos de resolução de conflitos, com uma triagem inicial que indique o método mais adequado para alcançar soluções mais eficazes (Crespo et al., 2012, p. 31).

desafogar a Defensoria Pública (Assis; Dias, 2021).

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a atuação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Unifametro como instrumento de efetivação do acesso à justiça para a população economicamente vulnerável, com base em dados quantitativos dos semestres 2024.2 e 2025.1. Os objetivos específicos incluem: (1) identificar o perfil de gênero dos assistidos e sua predominância nos atendimentos; (2) mapear a distribuição das principais demandas jurídicas, com ênfase no direito de família e métodos alternativos de resolução de conflitos; e (3) avaliar as tendências comparativas entre os semestres para compreender o impacto social do NPJ na promoção dos direitos fundamentais.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, utilizando dados de relatórios internos do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Unifametro. A coleta de dados se baseou em três indicadores principais: o número total de atendimentos, o perfil de gênero dos assistidos e a distribuição das demandas jurídicas. Os dados foram organizados e analisados por meio de tabela e gráficos, com ênfase na comparação entre os semestres 2024.2 e 2025.1 para avaliar tendências.

O recorte espacial do estudo foi realizado no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da Unifametro, localizado em Fortaleza - Ceará. Este NPJ atua em parceria com a Defensoria Pública do Ceará e com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Pré-Processual (CEJUSC).

O recorte teórico da pesquisa fundamentou-se na promoção do amplo acesso à justiça previsto na Constituição Cidadã de 1988 e no conceito de Justiça Multiportas desenvolvido por Frank Sander (Crespo, 2012), que busca harmonizar diferentes meios de resolução de conflitos com a natureza dos litígios. Além disso, o estudo se alinha à visão de universidade democrática e emancipatória de Boaventura (2005), na qual a instituição acadêmica se aproxima da sociedade para promover a cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Núcleos de Prática Jurídica são essenciais na formação do estudante de direito, integrando teoria e prática em casos reais, enquanto promovem o acesso à justiça para a população em situação de hipossuficiência financeira, garantindo o exercício pleno da cidadania e consolidando-se como instrumentos efetivos na defesa de direitos, indo além do mero assistencialismo (Assis; Dias, 2021).

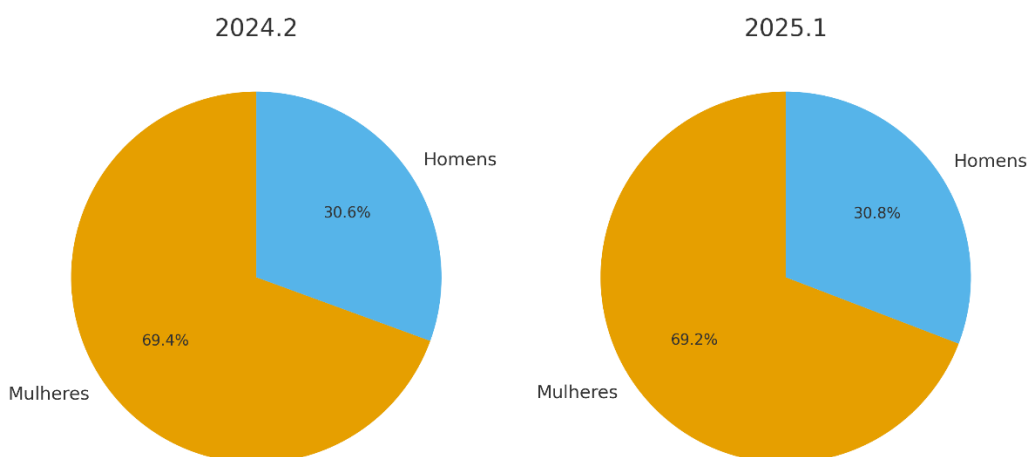
O Núcleo de Prática Jurídica da Unifametro:

presta serviços jurídicos gratuitos à população carente, garantindo-lhe acesso à justiça, por meio do encaminhamento de processos e orientações de natureza legal. O NPJ da Unifametro é campo de estágio para os alunos do curso de Direito, que atuam sob a supervisão de professores, e atua em parceria com a Defensoria Pública Estadual, tornando-se o 22º Núcleo de atendimento da Defensoria no Estado (Unifametro, 2024, p. 13).

Em parceria com a Defensoria Pública do Ceará, o núcleo da Unifametro se encarrega na elaboração de peças processuais e protocolo de ações judiciais, que incluem processos de pensão alimentícia, guarda, divórcio, curatela, retificação de registros, questões consumeristas, cíveis e entre outras ações. Além disso, o NPJ trabalha na confecção de petições para os Juizados especiais, presta orientação jurídica, redige contratos, termos, notificações e pareceres, e conduz sessões de conciliação e de mediação (Unifametro, 2024, p.13).

O NPJ da Unifametro registrou 229 atendimentos, no semestre de 2024.2, sendo 159 atendimentos de mulheres e 70 de homens. No semestre seguinte, 2025.1, foram registrados 159 atendimentos, com 110 mulheres e 49 homens (Unifametro, 2025).

Gráfico 1: Apresenta o perfil de gênero dos assistidos, confirmando a predominância feminina nos dois semestres analisados.

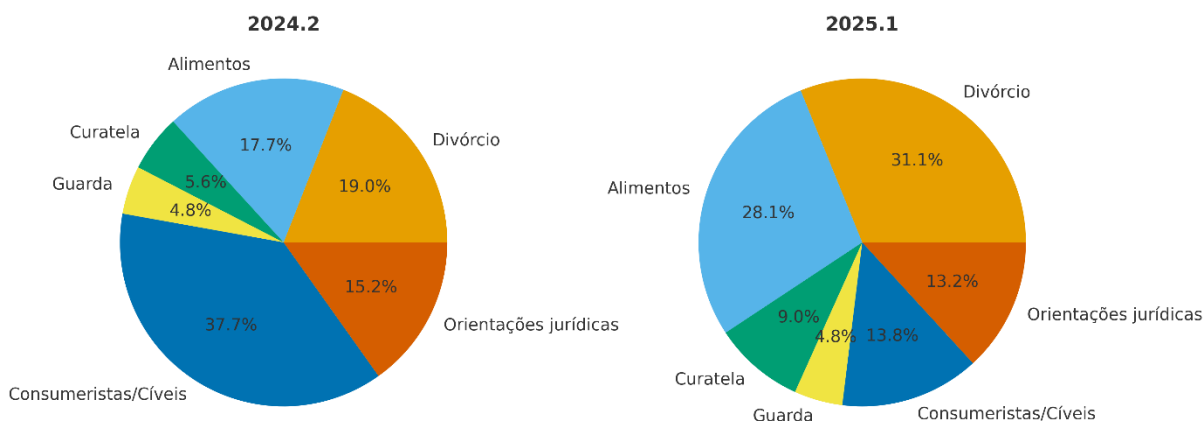


Fonte: Unifametro (2025).

De acordo com o levantamento, no segundo período de 2024 foram realizadas 35 orientações jurídicas e 87 atendimentos de demandas cíveis e consumeristas. Já no primeiro período de 2025, houve uma mudança no cenário, com 22 orientações jurídicas e 23 atendimentos nas áreas cíveis e consumeristas. No que se refere à natureza das demandas, o

NPJ tem atuado predominantemente em casos de direito de família, como mostra o gráfico 2 (Unifametro, 2025).

Gráfico 2: Distribuição das principais demandas (2024.2 e 2025.1)



Fonte: Unifametro (2025).

Conforme detalhado na tabela 1, é possível observar uma comparação entre os tipos de demandas atendidas, considerando que alguns assistidos agendam um atendimento para tratar de mais de uma demanda. Os dados do NPJ indicam variações nos atendimentos de direito de família entre 2024.2 e 2025.1. Com destaque para o aumento dos casos de divórcio (44 para 52) e pensão alimentícia (41 para 47) em 2025.1, além de pequenas variações em curatela, guarda, reconhecimento de paternidade e de união estável (Unifametro, 2025).

Tabela 1: Comparativo dos atendimentos do NPJ (2024.2 e 2025.1)

Atendimentos na área de direito de família		
Indicadores	2024.2	2025.1
Divórcio	44	52
Pensão Alimentícia	41	47
Curatela	13	15
Guarda	11	8
Reconhecimento de Paternidade	3	1
Dissolução de União estável	2	4
Reconhecimento de União Estável	2	1

Fonte: Unifametro (2025).

Os resultados demonstram que o NPJ da Unifametro é um canal efetivo de acesso à

justiça, sobretudo para a população feminina, que representa mais de 60% do público atendido. Tal dado evidencia a vulnerabilidade desse grupo, em especial no âmbito do direito de família, área na qual se concentram as maiores demandas (Unifametro, 2025).

No primeiro semestre de 2025, o Judiciário inaugurou a Extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Pré-Processual na Unifametro (TJCE, 2025). Essa nova demanda reforça a atuação do NPJ na promoção de métodos alternativos de solução de conflitos. O NPJ, ao oferecer não somente assistência jurídica individual, mas também encaminhamentos para métodos alternativos, como a autocomposição dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos, atua como um importante espaço de proteção dos direitos dos cidadãos ao oferecer alternativas de conciliação e mediação que buscam um consenso entre as partes (Unifametro, 2025).

Sob a perspectiva da extensão universitária, observa-se a materialização da proposta de Boaventura (2005), para quem a universidade deve atuar de forma democrática e emancipatória, aproximando-se da sociedade e promovendo a cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NPJ da Unifametro cumpre papel essencial no fortalecimento do acesso à justiça, especialmente para grupos em situação de vulnerabilidade. Os dados analisados evidenciam a centralidade do direito de família nos atendimentos, a predominância feminina no perfil dos assistidos e a atuação do NPJ como porta de entrada para a solução de conflitos.

Nesse sentido, os resultados obtidos demonstram que o NPJ não apenas desafoga o Judiciário e complementa a atuação da Defensoria Pública, mas também se apresenta como um ambiente de representação em diversas áreas do direito, ampliando o alcance social e acadêmico da instituição. Além de promover a inclusão social e possibilitar a formação prática dos discentes do curso de direito, o NPJ da Unifametro consolida-se como espaço de transformação comunitária.

A atuação do NPJ, ao promover o acesso à justiça de forma multitudinária, vai além da simples assistência jurídica individual e se integra à promoção de métodos alternativos de resolução de conflitos, com a inauguração do CEJUSC, alinhando-se ao sistema de Justiça Multiportas. Essa abordagem se conecta com o conceito de universidade democrática e emancipatória ao aproximar a instituição acadêmica da sociedade e contribuir ativamente para o fortalecimento da cidadania e a efetivação de direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Wilson Pereira de; DIAS, Bruno Smolarek. Núcleos de Prática e Assistência Jurídica (NPAJ) de Instituições de Ensino Superior (IES): instrumento de cidadania e acesso à justiça / practice and legal assistance centers (npj) of higher education institutions (ies). **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 7, n. 11, p. 107194-107210, 22 nov. 2021. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n11-382>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

_____. Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992. **Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 16 set. 2025.

_____. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO (UNIFAMETRO). Núcleo de Prática Jurídica. **Relatórios internos do NPJ: 2024.2 e 2025.1**. Fortaleza, 2025. Documento institucional.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO (UNIFAMETRO). **Manual do aluno 2024**. Fortaleza: Unifametro, 2024. p. 13.

CRESPO, Maria Hernandez. et al. (Coord.). **Tribunal Multiportas – Investindo no capital social para maximizar o sistema de solução de conflitos no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, Ana Paula Ribeiro; MARQUES, Vinícius Pinheiro. **Breves considerações teórico-conceituais sobre processo e jurisdição e sua importância na construção da decisão judicial e efetivação do acesso à justiça**. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis, v. 30, n. 11, p. 203-219, set./dez. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE. Judiciário inaugura Extensão do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Pré-Processual na Unifametro. **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, Fortaleza, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/judiciario-inaugura-extensao-do-centro-judiciario-de-solucao-de-conflitos-e-cidadania-pre-processual-na-unifametro/>. Acesso em: 16 set. 2025.